Valor Empresas

Empresas fazem cálculos do fim da escala 6x1 e estudam estratégias para adotar novo modelo

CNI prevê custo adicional entre R$ 178 bilhões e R$ 267 bilhões por ano com funcionários

Por Ana Luiza Tieghi, Beth Koike, Cristian Favaro, Ludmylla Rocha, Michael Esquer, Taís Hirata e Vitória Nascimento — De São Paulo

13/11/2024 05h00 · Atualizado há 10 horas

Aumento de custos, dificuldade de contratação de funcionários, pouco tempo para adaptação, dúvidas jurídicas, renegociação de contratos, mas também uma janela para melhorar a produtividade e investir em tecnologia. O fim da jornada de trabalho de 6x1 gera reações em diferentes níveis entre setores da economia e executivos. A certeza, até o momento, é que a mudança será mantida no próximo governo, já que sempre foi bandeira do presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ontem, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que pretende decidir até sexta-feira pedido para postergar a mudança.

Setores com mão de obra intensiva são os mais atingidos pela nova escala, que prevê cinco dias de trabalho e dois de descanso, um deles preferencialmente no domingo, com carga máxima de 40 horas semanais e sem redução nos salários. Entre os que demonstram maior preocupação estão varejo, serviços e construção civil.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais pode acrescentar entre R$ 178,2 bilhões e R$ 267,2 bilhões em custos anuais com empregados formais, o equivalente a acréscimo de até 7% na folha de pagamentos.

Levantamento do **Valor** nos balanços do primeiro semestre mostra que farmácias e supermercados são os mais expostos. A pesquisa considerou essas companhias porque operam lojas abertas todos os dias, com muitos funcionários no atendimento e margens diferentes entre si. Na Pague Menos, a despesa com pessoal equivale a 8,1 vezes o lucro antes do imposto de renda, o que significa que cada 1% de alta na folha consome cerca de 8% do resultado. No Grupo Mateus, a relação é de 4,3 vezes. No GPA, a folha equivale a R$ 45 a cada R$ 100 de lucro bruto.

Uma simulação da Peers Consulting, em parceria com a Tendências Consultoria, dá a dimensão do custo. Em um atacarejo hipotético com faturamento anual de R$ 12 bilhões e 10 mil funcionários, a mudança custaria R$ 35 milhões por ano, o equivalente a 7,3% do lucro operacional, e exigiria a contratação de 800 pessoas. Segundo a consultoria, esse valor pode cair pela metade com escalas ajustadas à demanda, banco de horas e automação.

Após o resultado da eleição presidencial, as entidades do comércio deixaram de lado o discurso de adiamento das mudanças e passaram a orientar as empresas sobre a transição. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) recomenda que os empresários mapeiem as escalas, calculem a necessidade de contratações e negociem aditivos com os sindicatos dentro dos 60 dias previstos na emenda. A atenção deve ser maior nos estabelecimentos que abrem aos domingos e feriados.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) passou a defender a contratação por hora com carteira assinada, para ajustar as equipes aos horários de maior movimento, além da redução dos encargos sobre a folha e da revisão dos acordos coletivos.

A Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) divulgou estudo que aponta que a redução da jornada de 44 para 40 horas eleva o custo de uma obra em 5,5%, em relação ao total do valor geral de vendas (VGV) do projeto. A pesquisa, encomendada à consultoria econômica Econnit, destaca que a mão de obra responde por 40% dos custos da construção civil, contra 15% na indústria em geral.

Nos shoppings, a leitura é de impacto menor. A Multiplan afirma que consegue absorver a mudança sem repassar custos aos lojistas ou à operação. Segundo o presidente Eduardo Peres, a maior preocupação com o custo de condomínio é a reforma trabalhista, e não o fim da escala 6x1. Para Cláudio Sallum, sócio da administradora de shoppings Lumine, o efeito é limitado porque mais de 70% dos vendedores recebem salário fixo mais comissão. O custo pesa mais nas atividades com remuneração só fixa, em que será preciso contratar mais gente.

Os setores de serviço, educação e saúde pedem regulamentação específica porque atuam com escalas distintas. Na área do ensino, muitos professores recebem por hora-aula e têm remuneração adicional por um dia de descanso. Já os médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde têm, em geral, uma escala de 12 horas trabalhadas e 36 horas de descanso.

O setor de educação estima impacto médio de R$ 17,3 bilhões por ano, com potencial reajuste de até 23% no valor da mensalidade. Esse incremento dependeu de como será contabilizado o segundo dia de folga para professores horistas. O levantamento foi feito pelo economista Luiz Alvares Rezende de Souza, da NumbersTalk, a pedido da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

A Confenen questiona se o segundo dia de folga será remunerado ou compensado com descanso. Atualmente, esse professor recebe as horas-aula trabalhadas com acréscimo de um sexto (1/6) a título de Descanso Semanal Remunerado (DSR). Caso o segundo dia de folga também seja remunerado, o fator sobe para dois quintos (2/5).

O impacto da reforma sobre a folha de pagamento da educação privada pode variar de R$ 9,3 bilhões a R$ 31,6 bilhões por ano. No cenário mais provável, é de R$ 17,3 bilhões anualmente. Hoje, o descanso semanal remunerado representa cerca de 55% da folha dos professores da educação básica e pelo menos 80% no ensino superior privado.

A Confenen está pedindo que o tema seja tratado pelo Congresso Nacional ainda neste ano, antes do início das aulas de 2027. Para a entidade, há risco de judicialização, com ações trabalhistas retroativas gerando passivo de R$ 15 bilhões, média de R$ 320 mil por escola.

O setor de saúde estima impacto entre R$ 7 bilhões e R$ 12 bilhões por ano. O grande empecilho, em especial para os hospitais, é que o modelo vigente é de 12 horas trabalhadas para 36 de descanso para os profissionais da área assistencial.

"Cerca de 70% do pessoal na área da saúde é assistencial, que trabalha por escala de 12 por 36. É preciso ter uma regulamentação especial", complementou Antonio Britto, diretor executivo da Anahp, associação dos hospitais privados. As negociações estão sendo realizadas com o Ministério do Trabalho.

"Nosso setor trabalha em outro formato. Os hospitais funcionam 24 horas, sete dias por semana. Pedimos um regime especial e acredito que será aceito", disse Francisco Balestrin, presidente do SindHosp e FeSaúde, federação dos hospitais, clínicas e laboratórios.

Os dois maiores laboratórios de medicina diagnóstica do país estão analisando a possibilidade de mudar o horário de funcionamento das unidades caso o setor não consiga um tratamento diferenciado. O Fleury estuda se vale a pena abrir todas as unidades aos domingos e a Dasa analisa reduzir o horário de funcionamento dos laboratórios.

Ainda em serviços, a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) estima que o gasto com funcionários no setor deve subir cerca de 20%. Para o presidente da entidade, Paulo Solmucci, o efeito chega primeiro aos jovens, que responderam por 36% das contratações do setor no primeiro semestre.

Além dos impactos internos, algumas empresas terão de renegociar contratos para tentar repassar a alta de custos prevista com mão de obra. Para Guilherme Sampaio, presidente da JSL, empresa de logística da Simpar, a implementação da nova escala deverá ter impacto direto nas operações, e a adaptação tem sido discutida com cada cliente. "Vai ser uma discussão individualizada, um trabalho que já começou, para adequar a estrutura, a escala, pensar em hora extra", disse. Entre as escolhas em análise estão, por exemplo, o corte de um terceiro turno de trabalho e o uso de hora extra em vez do aumento do quadro de funcionários.

O presidente da Santos Brasil, Antonio Carlos Sepúlveda, que atua na logística portuária, estima que haverá aumento de 20% na folha de pagamento, o que terá de ser repassado aos clientes. Mas o maior problema é a contratação de novos funcionários para adaptar a carga de trabalho.

"Trabalhamos sete dias por semana e só paramos no Natal e no Ano Novo por 12 horas nesses dias. Para algumas atividades, não temos mão de obra disponível. Um operador de guindaste, por exemplo, precisa de pelo menos seis meses de treinamento antes de começar a trabalhar. O prazo de adaptação é muito curto", disse.

A Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (Abesata) e o Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo (Sineata) divulgaram uma carta alertando para os possíveis impactos sobre as operações de serviço em terra nos aeroportos. As associações apontaram estudos que projetam crescimento de 23,9% no custo das empresas com as novas regras. O estudo considera migração das escalas, manutenção da cobertura operacional e da remuneração dos trabalhadores, necessidade de ampliar os quadros e custos de contratação, capacitação, credenciamento e estrutura.

O presidente da Abesata, Ricardo Miguel, diz que a proximidade do início da vigência da nova escala com um dos períodos mais movimentados do transporte aéreo - os feriados do fim do ano e as férias de verão - pode trazer dificuldades para a manutenção dos serviços. "Estamos falando de uma atividade essencial, que funciona todos os dias, inclusive à noite, nos finais de semana e feriados. Não basta abrir vagas: é preciso encontrar pessoas, treiná-las e cumprir as exigências para que possam trabalhar em um ambiente aeroportuário. Fazer tudo isso em um prazo curto é um desafio", disse.

A indústria também faz suas contas. Mesmo no setor de máquinas e equipamentos, onde a mudança de escala tende a ter impacto pequeno, segundo a Abimaq, entidade que representa os fabricantes, o desafio será a adaptação em um período que a organização vê como curto e o custo do segundo descanso semanal. A maioria das empresas já trabalha na escala cinco por dois, mas com 44 horas semanais de trabalho.

"O sábado era dia útil compensado e não trabalhado", disse José Velloso, presidente da Abimaq. Segundo ele, empresas do setor estão preocupadas com a queda de produtividade, como efeito da redução de jornada sem novos investimentos em automação. "O custo da mão de obra e da máquina vai subir."

Comunicado conjunto da Abimaq e da CNI estimou que a redução da jornada causará queda de 9% no volume de peças fabricadas e que empresas terão de absorver alta de 11% no pagamento de horas extras ou de 7,7% em contratações adicionais para manter os níveis atuais de produção sem automação.

A redução da jornada em si também não é um grande problema para a indústria farmacêutica, onde a maioria das empresas atua sob regime de 40 horas semanais, disse o Sindusfarma, sindicato da indústria de produtos farmacêuticos, mas o aumento do descanso semanal remunerado de um para dois dias é o que causa maior impacto. Atualmente, o segundo dia de descanso é enquadrado como folga não remunerada, com base em convenção coletiva. A entidade estima impacto anual de pelo menos R$ 500 milhões com a remuneração também deste período.

Mas há quem veja oportunidades para ganho de produtividade e eficiência. "Entendo que essa mudança é um convite à produtividade. Nós vamos ter de buscar [alternativas], e eu acho que a indústria, o país, vai ter de buscar formas mais produtivas e otimizadas de trabalhar. Maior automação e maior organização do trabalho para que isso ocorra", avalia Rui Chammas, CEO da ISA Energia Brasil, que atua no segmento de transmissão de energia.

Para Eduardo Fischer, co-CEO da incorporadora MRV, a mudança pode ajudar a alavancar a industrialização da construção civil, junto com a reforma tributária. "Nós efetivamente fazemos 44 horas [semanais], muitas [indústria] não fazem, afirmou." Ele estima que seria possível baratear a produção do setor em 15% com a industrialização, o que mais do que neutralizaria os impactos com o fim da escala 6x1.